

## Portaria Normativa nº 208-P, de 8 de junho de 1982

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal-IBDF<sup>1</sup>, no uso das atribuições que lhe são conferidas no inciso II, artigo 25, Capítulo V do Regimento aprovado pela Portaria Ministerial nº 229 de 25 de abril de 1975.

Considerando a necessidade de se regulamentar o trânsito de motocicletas e veículos afins nos Parques Nacionais e o que dispõem as leis nºs 4.771, de 15.09.65 e 5.197, de 03.01.67, e o decreto nº 84.017, de 21.09.1979<sup>2</sup>, resolve:

**Art. 1º.** O trânsito de motocicletas e veículos afins nos Parques Nacionais será regido pelas mesmas normas e condições aplicáveis a qualquer veículo motorizado.

§ 1º O acesso de motocicletas e demais veículos, que não sejam os necessários aos serviços e fiscalização do Parque Nacional, se restringirá às vias de circulação das áreas de uso público especificados no Plano de Manejo da Unidade.

§ 2º Motocicletas e outros veículos motorizados com escapamento aberto ou cujo nível de ruído exceda as normas do Conselho Nacional de Trânsito — Contran, não serão admitidos nos Parques Nacionais, por perturbarem a fauna e prejudicarem a flora.

§ 3º A prática de motocross na área dos Parques Nacionais e trânsito pelas trilhas são expressamente proibidos.

**Art. 2º.** Deverá ser observado o limite de 60 km/h velocidade máxima permitida para trânsito nos Parques Nacionais, exceto quando no local for indicada outra mais baixa.

---

1 O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, extinto pela Lei nº 7.732, de 14 de fevereiro de 1989 foi substituído pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — Ibama, criado pela Lei 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, com alterações das Leis nºs 7.804, de 18 de julho de 1989 e 8.028, de 12 de abril de 1990.

2 Vide as Leis nº 4.771 de 15 de setembro de 1965 e 5.197, de 5 de janeiro de 1967. Temas 2 e 3 “Flora” e “Fauna”, págs. 60 e 359, respectivamente.

• Vide Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979, pág. 513, neste Tema.

**Art. 3º.** Os infratores estarão sujeitos as multas e penalidades previstas no Decreto nº 84.017, de 21.09.1979.

**Art. 4º.** A taxa de estacionamento cobrável de condutores de motocicletas e afins será igual a 0,5% (meio por cento) do maior valor de referência.<sup>3</sup>

**Art. 5º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mauro Silva Reis  
Presidente  
(DOU de 11.06.82)

---

<sup>3</sup> O Maior Valor de Referência — MVR foi extinto pela Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991.  
• O valor cobrado por estacionamento está expresso em Real (R\$), conforme Tabela de Preços do Ibama.